

POSTURA MUNICIPAL SOBRE A CONSERVAÇÃO DAS ZONAS VERDES DO CONCELHO DE SINTRA



40-8

ff

PROJECTO DE POSTURA MUNICIPAL

SOBRE

A

CONSERVAÇÃO DAS ZONAS VERDES DO

CONCELHO DE SINTRA

;

Recebido em 89.10.04
Doc.º autenticado em 0
- 16/5

I N D I C E

. PREAMBULO

. CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

. CAPITULO II

MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO E CONTROLE

. CAPITULO III

DAS SANÇÕES PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS DISPO-
SIÇÕES DA POSTURA MUNICIPAL

. CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

P R E A M B U L O

O direito a um ambiente sadio e equilibrado, é um dos direitos fundamentais do homem, consagra^ugrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição Portuguesa.

Por seu lado, a Lei Nº 11/87 de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente, define que " todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecológicamente equilibrado..." e que " a existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades bem como à melhoria da qualidade de vida, pressupõe a adopção de medidas..." Que ao nível da flora " serão adoptadas medidas que visem a salvaguarda e valorização das formações espontâneas e subsponsontâneas, do património florestal e dos Espaços Verdes e periurbanos ".

Torna-se portanto necessário medidas que visem ~~pre~~teger, os Espaços Verdes Municipais.

Os Espaços Verdes constituem hoje uma das áreas em que as autarquias no quadro das suas competências, terão de ter uma actuação mais cuidada, de

modo a responder às exigências, que questões como a conservação da natureza, suscitam na opinião pública.

Esta Postura pode ser consiciderada como uma medida que visa salvaguardar e valorizar as formações vegetais subespontâneas dos Espaços Verdes Urbanos e periurbanos.

Visa a conservação da natureza a qual requer que estes Espaços Verdes se mantenham vivos e contribuem para estabelecer um " CONTINUUM NATURE^ALE ".
/

Visa a melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida da população do Concelho.

Visa preservar e conservar iniciativas de criação, ⁶pretecção e gestão de Espaços Verdes, levadas a efeito pelo Município e por grupos organizados da população.

PROJECTO DE POSTURA MUNICIPAL

SOBRE

A

CONSERVAÇÃO DAS ZONAS VERDES DO
CONCELHO DE SINTRA

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTº 1º

AMBITO DE APLICAÇÃO

A presente postura, tem por objectivo a con
servação das zonas verdes sob a jurisdição da Câmara
Municipal de Sintra.

CAPITULO II

MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO E CONTROLE

ARTº 2º

CONSERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA

Nos jardins, lagos, parques municipais, e
em demais espaços verdes, é proibido:

1. Destruir ou danificar as árvores e arbus
tos neles existentes;

2. Efectuar cortes ou arrancamento de árvores ou arvoredos, salvo autorização para o efeito dos Serviços Municipais competentes;
3. Colher~~das~~ árvores e arbustos, folhas, flores e frutas;
4. Destruir ou danificar quaisquer plantas;
5. Plantar árvores, sem indicação técnica;
6. Atravessar ou danificar os canteiros existentes;
7. Gravar incrições no tronco das árvores;
8. Pregar, atar afixar nas árvores e arbustos quaisquer objectos ou dísticos;
9. Aplicar ou afixar sem autorização do Município, a conceder nos termos legais, qualquer tipo de anúncio ou publicidade;
10. Retirar, destruir ou danificar a fauna e flora existentes nos lagos, retirar água destes, bem como arremessar para

dentro dos mesmos, quaisquer objectos ou detritos;

11. Matar, capturar ou perseguir qualquer elemento componente da fauna local;

ARTº 3º

CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ORDENAMENTOS E ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

Nos jardins, lagos, parques municipais, e em demais espaços verdes, é proibido:

1. Prender às vedações, animais ou quaisquer objectos;
2. Destruir ou danificar por qualquer forma, os resguardos, apoios e suportes das árvores e arbustos;
3. Destruir ou por qualquer forma danificar bancos, vedações, escadarias, passeios, muretes, coretos, baloiços, estátuas, bebedouros, monumentos, e quaisquer ordenamentos ou elementos construídos neles existentes;

4. Jogar à bola, fora dos espaços reservados a esse fim, bem como praticar jogos ou a entregar-se a divertimentos que possam prejudicar a fauna, flora e ordenamentos construídos neles existentes.

ARTº 4º

DA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS

Nos jardins, parques municipais, bem como noutros espaços verdes, é proibido:

1. O trânsito de veículos motorizados, bem como de veículos de tracção animal, salvo se em qualquer desses lugares, existir local destinado a trânsito devidamente sinalizado.
2. Exceptua-se do disposto na primeira parte do número anterior, o trânsito de veículos de socorro (ambulâncias e carros de bombeiros) bem como de veículos para deficientes.

3. Encostar ou prender veículos, designadamente, veículos de tracção animal, velocípedes, motociclos, ciclomotores, nas árvores, arbustos e nos ordenamentos e elementos neles construídos.

ARTº 5º

PERMANENCIA DE CANÍDEOS

Nos jardins, lagos, parques municipais e em demais espaços verdes, é proibida a permanência de canídeos que não se encontrem açaimados, excepto quando conduzidos por trela ou nos casos previstos por lei.

ARTº 6º

/

NORMAS DE CONDUTA E UTILIZAÇÃO

Nos jardins, lagos, parques municipais e noutros espaços verdes devem-se cumprir as normas de conduta previstas para a utilização destes espaços.

CAPITULO III

DAS SANÇÕES PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA PRESENTE POSTURA

ARTº 7º

PUNIÇÃO DAS CONTRA-ORDENAÇÕES

Sem prejuízo da reparação dos danos causados, a violação das prescrições constantes desta postura constitui contra-ordenação, nos termos do D.L. Nº 433/82 de 27 de Outubro, punível com coima nos termos seguintes:

1. As infracções ao disposto nos Nºs 1 e 2 do Artº 2º e Nºs 2 e 3 do Artº 3º, serão puníveis com coima de 5.000\$00 a 200.000\$00.
2. As infracções ao disposto nos Nºs 4,6,7,10 e 11 do Artº 2º, serão puníveis com coima de 500\$00 a 100.000\$00.
3. As infracções ao disposto nos Nºs 3,5,8 e 9 do Artº 2º, nos Nºs 1 e 4 do Artº 3º, nos Nºs 1, e 3 do Artº 4º e no Artº 6º, serão puníveis com coima de 500\$00 a 50.000\$00.
4. A infracção ao disposto no Artº 5º, ~~será~~ punível nos termos do Artº 61º Nº 1 do D.L. 317/85 de 2 de Agosto com a coima de * (1).

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTº 8º

DA FISCALIZAÇÃO

A observância do cumprimento das disposições desta Postura, compete aos agentes da Polícia Municipal, aos agentes da P.S.P. e aos agentes da G.N.R., assim como a outras entidades a quem a lei confira os necessários poderes.

ARTº 9º

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS

As dúvidas ou omissões surgidas na aplicação da presente postura, serão resolvidas pela Câmara Municipal, tendo em atenção as disposições legais aplicáveis.

ARTº 10º

ENTRADA EM VIGOR

A presente postura entra em vigor _____
dias após a sua publicação através de Edital.

- * (1) - O montante da coima a aplicar, deverá ser indicado, após a aprovação por este Município da Revisão da TABELA DE TAXAS.